

Artigos

O conceito de ~~original~~ sob rasura

Danylle Neiva da Silva Azevedo*
Zelina Márcia Pereira Beato^o

Resumo: No campo dos estudos da tradução, a supervalorização do texto original em relação ao traduzido é fato incontestável. Na dicotomia que se estabelece entre o original e a tradução, essa é vista como mácula ao original, devendo sempre ser apenas seu reflexo. Esse artigo apresenta uma reflexão que questiona a relação aparentemente tranqüila entre original e tradução ao investigar o evento tradutório do texto *Dáfnis e Cloé* do autor grego Longo, publicado pela Pontes Editora e traduzido por Denise Bottmann, em 1990. Segundo a tradutora, a tradução feita a partir do texto em francês justificou-se pela dificuldade de acesso ao original em grego. Esse evento coloca sob suspeição a distinção considerada certa e tranqüila entre a tradução e original e pretende contribuir com a reflexão teórica ao questionar a expectativa de que toda tradução nasce necessariamente de um original.

Palavras chave: Tradução; Original; Desconstrução; *Dáfnis e Cloé*.

Abstract: In Translation Studies, vis-a-vis, the over-valuation of the original over the translated text is beyond doubt. In the dicotomy between original and translation, the latter is taken as maculating the original, being nothing more than its reflection. This essay questions the relationship between original and translation whose serenity is always taken for granted. The investigated event was the translation of *Daphnis and Chloé* by the Greek author Longo, translated by Denise Bottman and published by Pontes Editora in 1990. According to Bottmann, the translation was made from the French version due to difficult access to the Greek original. This event places the distinctness taken as clear and calm between original and translation under suspicion and contributes to theoretical field by questioning the expectations that each and every translation is necessarily made from an original text.

Keywords: Translation; Original; Deconstruction; *Daphnis and Chloé*.

No campo da tradução, a reflexão teórica toma como dado que o texto traduzido se produz a partir do original. Sempre existe um original que servirá como base para a tradução. A existência do original é sempre certa, natural e inquestionável. Nessa relação naturalizada entre original e tradução, ainda mais natural é o lugar privilegiado do original em relação à tradução, vista meramente como seu subproduto ou um mal necessário (c.f. Mounin 1975, Tytler 1907).

O pensamento da tradição metafísica, em geral, está em busca da origem, do ponto inicial mais puro de onde começar tudo. Essa busca pela origem, e eventual localização, sustenta a legitimidade do ato. A tradução é tão mais legítima quanto mais

* Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA e tradutora profissional.

^o Professora do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia.

garantida sua proximidade com o texto original. Entretanto, não raro esse processo, em algum lugar ou em algum momento, desanda. As coisas começam de outra forma, começam mal, desviam e surpreendem. A origem não está ao alcance como seria esperado ou desejado. Essa infelicidade é um acontecimento estranho, estrangeiro ao processo, como que vinda do exterior, na forma de acidente ou catástrofe. Por outro lado, pode-se considerar essa infelicidade não como estranha, estrangeira e externa, mas já em operação no interior da formulação, isto é, colocando em dúvida a própria possibilidade de uma origem última. De qualquer forma, acidente externo ou constitutivo, o que não se nega é a sensação de perda e frustração infinita. A perda do paraíso onde a ordem pode sempre ser restabelecida e os males afastados, em definitivo.

No campo da tradução, a relação original e tradução mantém lugar privilegiado de reflexão. É tomado como fato dado que uma tradução tem como contramolde um original. Walter Benjamin, um importante pensador da tradução, em seu texto canônico de 1977, *A tarefa do Tradutor*, faz uma distinção solene entre original e tradução ao afirmar que o original deixa-se traduzir um número indefinido de vezes, enquanto a tradução não se deixa traduzir de forma alguma. Para o autor, estão definidas claramente as posições e diferenças entre uma e outra, e preservada a sacralidade do texto original.

Que catástrofe pensar uma tradução que surgiria de outro lugar que não do original mesmo. Qualquer coisa de ilegítimo marcaria esse nascimento quase bastardo. A sacralidade do original é tamanha que muitos autores que abordam a questão da tradução de textos literários, John Catford e o próprio Walter Benjamin, por exemplo, consideram que traduzir é destruir, é descaracterizar, é trivializar¹. O mal da tradução é, pois, supor que pode tocar o original e dele se apossar impunemente.

Nesse cenário de sacralidade e relação inquestionável entre original e tradução surge o evento editorial da tradução de *Daphnis et Chloé*. A edição traduzida por Denise Bottmann foi publicada em 1990, pela Editora Pontes, de Campinas. Segundo depoimento da própria tradutora, o texto foi traduzido a partir de uma interposição do

¹ c.f. ARROJO 1992

francês, isto é, uma tradução feita com base na tradução do grego feita por Pierre Grimal.

Segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, o termo “tradução” tem origem na palavra latina *traductio,ōnis* que representa a ‘ação de levar em triunfo, ação de transferir de uma ordem a outra, curso, andar (do tempo); espécie de repetição’. Outra possibilidade etimológica para o termo “traduzir” é o termo latino “*traducere*”, que possui o sentido de “fazer passar”, “conduzir”, “transportar de uma língua para outra”, indicando o sentido movimentação de um ponto para outro.

Em quaisquer das possibilidades, a missão para a qual aponta o verbo seria a de “levar”, “transferir” o sentido do texto original, o que faz considerar a tradução como um meio para cruzar “fronteiras de um texto por meio da condução de seus significados para o território das formas expressivas de outra língua.” (CARVALHO, 2006).

Segundo Geir Campos (1986), em *O que é tradução*, “os dicionários costumam definir tradução como ‘ato ou efeito de traduzir’. Enquanto ato, leva o tempo que o tradutor emprega no seu trabalho; como efeito, é o que resulta desse trabalho.” (p.7). Campos insiste na ideia de que a tradução não vai muito além dessa ação de passar de uma língua para outra um texto escrito na primeira. Ele ainda cita alguns teóricos², cujas declarações reforçam a concepção de traduzir como uma atividade intelectualmente inferior à elaboração do original.

[...] nenhuma tradução pode ter a pretensão de substituir o original: é apenas uma tentativa de recriação dele. E sempre cabem outras tentativas. Pode-se dizer que, de um mesmo texto, poderão existir tantas traduções aceitáveis quanto forem os objetivos a que ele puder servir” (CAMPOS, 1986, p. 12).

Essa declaração do autor confirma o papel secundário que a teoria tradicional reserva para a tradução. Para Campos, seria um gesto audacioso do texto traduzido, ou seja, do tradutor, buscar substituir o texto original.

Em *Torres de Babel*, Jacques Derrida (2002) elabora a noção de dívida que dá forma à relação tradutor e original. Essa noção concebe a situação na qual se

² Werner Winter, Alfred Malblanc, Brenno Silveira, Paulo Rónai, Valéry Larbaud, Jean Maillot, Ortega y Gasset.

encontraria então o tradutor, para sempre endividado nessa relação com o texto original: “O tradutor é endividado, ele se apresenta como tradutor na situação de dívida; e sua tarefa é de devolver, de devolver o que devia ter sido dado.” (p. 27). Segundo Derrida, ao tradutor é dada a responsabilidade por devolver o sentido original do texto, o mesmo sentido original que supostamente lhe deveria ter sido dado na origem. Derrida continua seu questionamento: “o tradutor seria assim um receptor endividado, submetido ao dom e ao dado de um original?” (p. 33), devendo estar o tradutor e sua tradução, subordinados aos significados do escritor do original? Mas que garantia tem o tradutor de que o sentido original lhe foi, de fato, oferecido?

Nessa perspectiva, a função do texto original seria a de permanecer intocado, em local especial, resguardado e puro, para sempre como fonte de outras traduções. A tradução, por sua vez, é a cópia desse primeiro texto em outra língua. Apesar de ansiar a perfeição do texto que serviu de fonte, apesar do esforço de apreender o sentido original que é prometido pelo texto, sua empreitada está sempre fadada ao insucesso. Perda de qualquer forma, e inevitável por princípio, pois o que a tradução impõe, necessariamente, é a perda da língua mesma.

Campos resume o pensamento tradicional ao colocar que “dos que opinam contra a tradução, há quem diga que o principal argumento resume-se em que a tradução não é o original.” (p. 12), ou seja, o texto traduzido sempre estará em posição desprivilegiada, pelo simples fato de não ser o original. A tradução, sejam quais forem suas qualidades, jamais poderá ser considerada um texto com as mesmas ambições de um texto original, porque à sua existência sempre corresponderá um texto dito original de qualidade superior, um texto cuja mera existência já é sua garantia de superioridade.

Essa perspectiva do pensamento tradicional aborda a tradução como uma atividade de simples transferência de significados de uma língua para a outra, sem que haja interferência, interpretação ou trabalho intelectual do tradutor na obra original. A autora Susan Bassnett-McGuire (1978) enumera em sua obra, *Translation Studies*, o que Alexander Fraser Tytler³, um dos teóricos pioneiros da tradução, sugeriu como elementos que podem definir uma boa tradução:

a tradução deve transcrever em sua totalidade a ideia do texto original;
o estilo e a forma de escrita devem ter as mesmas características do

³ TYTLER, Alexander, *Essay on the Principles of Translation*. London: J. M. Dent & Sons, 1907

original; a tradução deve possuir a fluência e naturalidade da composição original.” (BASSNETT-McGUIRE, 1978, p. 63)⁴.

A partir desses princípios postulados por Tytler, a teorização tradicional que a tradução deve estar incondicionalmente subordinada ao texto original e que o tradutor não seria mais que um elemento transparente incumbido de facilitar a transposição de suas ideias. Além de ver sua atividade intelectual considerada tarefa meramente mecânica, ele deve manter-se invisível nesse processo, ou seja, a intenção maior é que o texto na língua meta aparente ter sido escrito pelo autor mesmo, sem a interferência do tradutor.

A partir dos princípios estipulados por Tytler, a tradução deve estar em total acordo com as ideias do texto original, passando essa mensagem inteiramente para o texto traduzido. Além disso, acredita-se, também, que o tradutor deve ater-se à correspondência formal e à equivalência textual, para que o seu texto possua as mesmas características propostas pelo autor do texto original. Por fim, a tarefa mais complicada, o texto deve soar na língua meta com a naturalidade com que soou na língua fonte.

O ensaísta inglês, John Cunnison Catford (1980) traz em sua obra, *Uma Teoria Lingüística da Tradução*, uma definição bastante simples da tradução. Segundo o que diz, a “tradução é a substituição de material textual de uma língua por material textual equivalente em outra” (p. 22), sendo que o termo “material textual” é utilizado pelo autor para abordar os elementos de conteúdo e de forma do texto. Catford reforça que a equivalência é de suma importância para a teoria tradicional, apesar de admitir que uma das maiores dificuldades é estabelecer equivalentes exatos no momento da tradução: “o problema central em prática de tradução consiste em encontrar equivalentes de tradução da língua meta.” (p. 23)

Concordando com o pensamento de Catford, Campos (1986) alega que a tradução é baseada em duas estruturas: a correspondência formal e a equivalência textual. No intuito de preservar uma dessas estruturas, o texto original ou até mesmo a outra estrutura são prejudicados. Dessa forma, a teoria tradicional é unânime em considerar a tradução como texto de menor valor em relação ao texto original, visto não passar de uma tentativa de cópia. Por mais bem cuidada que seja a tradução, ela permanece uma tentativa frustrada de refazer o original. Campos reforça os lugares

⁴ Nossa tradução

destinados ao texto original e ao traduzido, o primeiro sempre mais valorizado que o segundo: “Claro está que nem a mais perfeita das traduções poderá jamais igualar o texto original com todos os recursos expressivos da língua ao dispor do seu autor no momento em que o escreveu.” (p. 71).

Pode-se entender, até aqui, na perspectiva da teorização tradicional sobre tradução, que a tarefa de traduzir poderia se resumir a uma equação: Original → tradutor → tradução, na qual, ao original, está reservado o lugar de vantagem, e ao tradutor e, conseqüentemente à tradução, o lugar de transparência, de invisibilidade. De qualquer forma, para a tradição, a tarefa de traduzir sempre supõe um tradutor transparente, um original sagrado e uma tradução em débito.

É pensando na sacralização dessa equação que Walter Benjamin n’*A tarefa do tradutor*, trata como impossibilidade, até mesmo sacrilégio, traduzir a partir de outra tradução. Para ilustrar as diferentes posições entre texto original e traduzido, W. Benjamim faz uso de metáforas, posteriormente analisadas por Derrida em *Torres de Babel*.

É, de passagem, uma afirmação bastante firme senão bastante demonstrativa: ‘o elemento originário do tradutor’ é a palavra e não a proposição, a articulação sintática. Para o dar a pensar, Benjamin propõe uma curiosa ‘imagem’: a proposição (*Satz*) seria ‘o muro diante da língua do original’, ao passo que a palavra, a literalidade (*Wörtlichkeit*) seria sua ‘arcada’. Ao passo que o muro escora escondendo (ele está *diante* do original), a arcada sustenta deixando passar o dia e dando a ver o original [...]. (DERRIDA, 1998, p. 45 - 46).

Ao usar as imagens de muro e arcada, de esconde e escora, Benjamin cria um quadro de escondidos e impedimentos. O tradutor encontra várias barreiras para seu acesso ao texto, aos sentidos, ao elemento originário mesmo, a palavra-arcada. Esse impedimento não está na falta de capacidade do leitor/tradutor, a quem faltariam qualidades necessárias para acessar os sentidos do original. Ao contrário, a impossibilidade é parte originária da relação com a língua. Os sentidos do originário não são dados ao leitor, mas construídos no processo de leitura.

A fim de repensar a relação inquestionável dessa equação que se constrói entre tradução e original, esse trabalho apresenta um acontecimento editorial que contraria a encenação que tradicionalmente marca o processo tradutório, qual seja, a existência prévia de um original que, pelas mãos do tradutor, se transforma em um texto traduzido. Contrariando essa imagem tão naturalizada, o que esse acontecimento tradutório de Dáfnis e Cloé testemunha é a possibilidade/necessidade de uma tradução feita a partir de outra tradução.

O acontecimento editorial que analisamos é a tradução do romance Dáfnis e Cloé, do autor grego Longo. Na história da literatura, o romance Dáfnis e Cloé, também conhecido como *As Pastorais*, é atribuído a Longo que viveu no século II ou III d.C. O romance bucólico conta a estória de dois jovens que vivem no campo e se apaixonam intensamente, em plena harmonia com a natureza e sob a bênção dos deuses. A estória desse romance teve grande influência tanto na literatura, quanto nas artes em geral (pintura, música, dança, etc.). O romance serviu de modelo para *La Sireine* de Honoré d'Urfé, *Diana enamorada* de Jorge de Montemayor, *Aminta* de Torquato Tasso, e *The Gentle Shepherd* de Allan Ramsay. A novela *Paul et Virginie* retoma a mesma estória. Maurice Ravel baseou seu balé, *Daphnis et Chloé*, nessa estória. A tradução francesa de 1559, preparada por Jacques Amyot, bispo de Auxerre e revisada por Paul Louis Courier é talvez mais conhecida que o original.

Uma informação interessante e nada banal refere-se à especulação em torno do nome de Longo, por alguns considerado como sendo meramente uma má interpretação da última palavra do título do texto em grego Λεσβακων νρωτων λογοι. Observou-se que o melhor manuscrito disponível começa e termina com a palavra λογου, e não Λογγος (Logos). De qualquer forma, é preciso ter em conta na análise desse evento editorial o fato de a autoria do texto original estar sob suspeita, melhor dizendo, sob ~~rasura~~.

A edição traduzida de Dáfnis e Cloé foi publicada em 1990, pela Editora Pontes, de Campinas. O texto foi traduzido a partir de uma interposição do francês, a tradução de Pierre Grimal. Pierre Grimal traduziu o texto do grego para o francês e, a partir dessa tradução, a tradutora brasileira, Denise Bottmann traduziu o texto para a

língua portuguesa. A partir de relatos⁵, a tradutora informou que tem conhecimento de outra tradução feita por Duda Machado e posterior à sua, publicada pela Editora Landy: Princípio. Segundo Bottmann, na tradução de Duda Machado, o nome do personagem masculino “Dáfnis” [δαφνισ] é traduzido por “Dafne” [δαφνε], que vem a ser um nome feminino. Bottmann supõe que, assim como a sua, essa tradução tenha sido feita de modo indireto.

Sobre o trabalho realizado, Denise Bottmann esclarece que a sua foi uma tradução feita por “interposição de outra língua”. Informa ainda acreditar que esse é um fenômeno que tem diminuído bastante nas traduções, apesar de tal recurso ter sido largamente utilizado no Brasil por várias décadas devido à falta de profissionais de tradução com qualificações em línguas menos usuais. Contudo, com o aprimoramento cultural dos tradutores, ela acredita que essa atividade “tende a desaparecer”. Na opinião da própria Denise Bottmann, a tradução indireta é uma situação que deve ser evitada, sendo a tradução direta o ideal de todo tradutor.

É inegável que Denise Bottmann não teve escolha senão usar uma tradução para produzir outra. A alternativa seria não produzir tradução nenhuma e a tradução aconteceu, mesmo que esse acontecimento tenha ido de encontro ao que é a expectativa mais natural da tradição teórica, ou até mesmo, que contrariasse o que desejam os tradutores, isto é, traduzir diretamente a partir do original.

Essa situação⁶ contraria o cenário teórico tradicional, pois, se para toda tradução deve existir um original, em traduções feitas de forma indireta o original, assim como é concebido pela teorização tradutória, não existe. O lugar do original não é ocupado por um texto a que nomeamos original, mas antes, é ocupado por uma tradução. Situação incômoda a ser evitada a todo custo, como confessa Denise Bottmann. Que propriedade pode assim reivindicar uma tradução que não nasce de um original, que não tem como origem uma fonte considerada legítima? A questão toda gira em torno do que nomeamos original – a origem. Esse é o valor supremo a que tudo mais deve se dobrar, antes e mais que qualquer outra entidade, a tradução. O lugar sagrado e absoluto da origem, do começo.

⁵ As informações sobre o processo de tradução do texto foram obtidas através de correspondência eletrônica diretamente com a tradutora, Denise Bottmann, entre 30/03 e 01/04/2009.

⁶ Não foi nossa intenção analisar em detalhes as razões que levaram a Editora Pontes a optar por produzir uma tradução por interposição.

Como lembra Derrida (1996), o pensamento metafísico não concebe nada sem começo, sem origem e o pensamento metafísico trabalha, essencialmente, na busca de um começo e de um fundamento. Na lógica do pensamento metafísico, como explica Derrida, tudo se apoia numa oposição: a presença garantida de um lado e a ausência indesejada de outro.

Ao organizar-se dessa forma – o mundo, as coisas e o pensamento, parece natural que tudo se divida entre secundário e primário, simples e complexo, verdadeiro e falso, essencial e contingente, significante e significado, original e tradução. Qualquer desordem nessa lógica, por exemplo, afirmar a falsidade do verdadeiro, a simplicidade do complexo, o significado como significante ou a originalidade da tradução, desorganiza a própria possibilidade de pensar. É preciso manter a ordem, e antes de tudo, a origem. A origem que vai dar legitimidade ao que dela depende e nasce. Mesmo que ela sobreviva na forma de sentimento de um certo paraíso perdido. Entretanto, o próprio Derrida garante, mesmo na ausência da origem,

é necessário começar em algum lugar, mas não existe um começo absolutamente justificado. Não se pode, devido a razões essenciais que deveremos explicar, retornar a um ponto de partida a partir do qual todo o resto poderia se construir conforme uma ordem das razões nem segundo uma evolução individual ou histórica. Quando muito, podemos dar uma justificativa estratégica para essa medida (DERRIDA, 1996, p.19).

Na lógica metafísica, em que a presença se opõe a uma ausência, devemos supor que a primeira representa o absoluto, o inteiro, ou como afirmamos acima: o primário, o simples, o verdadeiro, o essencial. Não se poderia esperar nada diferente do original: entidade bastante para si mesmo. O original, na lógica metafísica, é completo e primário. Mas o que dizer, então da demanda de tradução que se cola a todo original? Como sustentar, associada ao original, essa ideia de completude no momento em que ele demanda uma tradução? Como lembra Derrida (*idem*), na estrutura do original já está uma demanda de tradução.

Nada é mais grave que uma tradução. Eu gostaria preferencialmente de marcar que todo tradutor está em posição de falar da tradução, em um lugar que não é nada menos que segundo ou secundário. Pois se a estrutura do original é marcada pela exigência de ser traduzido, é que, fazendo disso a lei, o original começa por endividar-se também em relação ao tradutor. O original é o primeiro devedor, o primeiro demandador, ele começa por faltar-se e por lastimar após a tradução (p. 40)

Eis aí o momento em que a origem fratura: na demanda de tradução constitutiva do original. Se na ideia mesmo de original existe latente a necessidade da tradução – porque se o original fosse bastante por si mesmo, ele não necessitaria jamais de qualquer tradução – é que a ideia de começo absoluto e completo não existe. Não se pode retornar a um começo essencial. A noção de original completo, unitário, fechado em si mesmo e a tradução como derivada, secundária e complementar é puramente uma estratégia. Como justifica Derrida (idem), a noção de original se sustenta sobre a necessidade de instituir um começo. “É necessário começar em algum lugar” (p.19).

É preciso dizer onde começar. Estrategicamente, é necessário arbitrar onde é a origem. Ou, como nos interessa aqui, é preciso arbitrar a origem e instituir o original. Qualquer original é original por mero gesto político. Ou existe uma forma de garantir a originalidade mesmo do texto de Longo? Dito de outro modo, quem ou o quê pode garantir que o texto de Longo é original? Vimos acima que nem mesmo a origem autoral de Longo está acima de qualquer questionamento. Estrategicamente, o mesmo gesto que institui o texto grego como original e Longo como seu autor, pode atribuir ao texto traduzido por Pierre Grimal a condição de original, em face de uma tradução que foi produzida a partir dele.

Ao se deixar traduzir, a tradução de Grimal torna-se, ela mesma, um original. Uma origem arbitrada, como é toda origem. Nesse sentido, o conceito de original na pureza que lhe atribui o pensamento metafísico estaria então sob rasura. O conceito de origem, inserido na lógica da presença absoluta a si, é impensável. Não é o caso de apagar completamente o conceito de origem, ou de original, negando sua existência. O gesto é de rasurar o conceito de original absoluto, colocando sob suspeição a lógica da identidade. É um gesto, também político, de rasurar o conceito, não para propor um conceito novo, nem para desmerecer o original assim instituído, mas apenas para colocar sob suspeita a pureza de um conceito que conhecemos como original.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROJO, R. **Oficina de Tradução**: a teoria na prática. São Paulo: Ática, 1986.

BASSNETT-Mc GUIRE, S. **Translation Studies**. London and New York: Methuen & Co., 1978.

BENJAMIN, W. A tarefa do tradutor. Tradução de Susana Kampff Lages. Em HEIDERMANN, W. **Clássicos da teoria da tradução**. Antologia bilíngüe: alemão-português. Florianópolis: NUT/UFSC, 2001: (211-2).

BENNINGTON, G. **Jacques Derrida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

CAMPOS, G. **O que é tradução**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CATFORD, J. C. **Uma teoria lingüística da tradução**: ensaio da lingüística aplicada. Campinas (SP): PUC; Cultrix, 1980.

DERRIDA, J. **Torres de Babel**. Tradução de Junia Barreto. Belo Horizonte (MG): UFMG, 1998.

LONGO. **Dáfnis e Cloé**. Tradução de Denise Bottmann. Campinas (SP): Pontes, 1990.

LONGUS, La pastorale de Daphnis et Chloé, In: **Romans grecs et latins**. Traduit par Pierre Grimal. Bibliothèque de la Pléiade, 1958.

MOUNIN, G. Os problemas teóricos da tradução. Tradução de Heloysa de Lima Dantas de **Les problèmes théoriques de La traduction**, Paris 1963. São Paulo: Cultrix, 1975.

TYTLER, A. F. **Essay on the principles of translation**. London: J.M. Dent & Sons, 1907.